

AS DUAS FACES DO TRABALHO: CONSTITUIÇÃO E NEGAÇÃO DO HOMEM¹

Fátima Maria Nobre Lopes*

RESUMO

A partir de uma visão marxiana, este artigo objetiva apresentar a dupla face do trabalho no capitalismo nas suas funções sociais de criador de valor de uso e criador de valor de troca. Como referência teórica, parte das concepções de Marx na sua obra *O capital* e toma o pensamento de Lukács na sua obra *Ontologia do ser social*. Com base central nas teses desses filósofos, o texto enuncia os dois lados do trabalho: a sua dimensão constitutiva do homem, que diz respeito ao trabalho em geral, e a sua dimensão negativa relacionada ao trabalho alienado, estranhado, que se manifesta no modo de produção capitalista sob a forma de fetichismo da mercadoria. Importante frisar que essas são as duas faces de um mesmo trabalho no capitalismo, cuja dimensão negativa, predominante, precisa ser superada.

Palavras-chave: Ontologia do ser social. Dupla face do trabalho. Afirmção e negação do homem.

THE TWO FACES OF WORK: CONSTITUTION AND DENIAL OF MAN

ABSTRACT

*This article aims to present the double face of work in capitalism in its social functions as creator of use value and creator of exchange value, from a Marxist viewpoint. As a theoretical reference, this text starts from Marx's conceptions, in his work *The Capital*, and takes the thought of Lukács in his work *The Ontology of the**

¹ Texto, com pequenas reformulações, publicado em SILVA FILHO, Adauto Lopes et al. (org.). *Ontologia, trabalho e formação humana*. Curitiba: CRV, 2017. p. 23-45.

* Doutora em Educação, mestra e graduada em Filosofia e em Serviço Social. Professora de Filosofia do Departamento de Fundamentos da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (FACED-UFC). Membro efetiva do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC (PPGE/UFC) e do Mestrado Profissional em Filosofia (Pro-Filo/UFC). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Ontologia do Ser Social, Ética e Formação Humana (GEPOS) e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Ensino de Filosofia (GEPEF), ambos criados em 2009 e certificados pelo CNPq. ORCID: 0000-0003-4602-2443. Correio eletrônico: fatimanolobreufc@gmail.com

Social Being. Based on the theses of these philosophers, the text sets out the two sides of work: its constitutive dimension of man, which concerns work in general; and its negative dimension, related to alienated work, which manifests itself in the capitalist mode of production in the form of commodity fetishism. It is important to emphasize that these are the two sides of the same work under capitalism, whose predominant negative dimension needs to be overcome.

Keywords: *Ontology of the social being. Double-sided work. Affirmation and denial of man.*

LAS DOS CARAS DEL TRABAJO: CONSTITUCIÓN Y NEGACIÓN DEL HOMBRE

RESUMEN

*Este artículo tiene como objetivo presentar la doble cara del trabajo en el capitalismo en sus funciones sociales de creador de valor de uso y creador de valor de cambio, desde una perspectiva marxista. Como referencia teórica, este texto parte de las concepciones de Marx, en su obra *El capital*, y toma el pensamiento de Lukács en su obra *Ontología del ser social*. A partir de las tesis de estos filósofos, el texto plantea los dos lados del trabajo: su dimensión constitutiva del hombre, que concierne al trabajo en general; y su dimensión negativa, relacionada con el trabajo alienado, que se manifiesta en el modo de producción capitalista en forma de fetichismo de la mercancía. Es importante enfatizar que estas son las dos caras de un mismo trabajo en el capitalismo, cuya dimensión negativa predominante necesita ser superada.*

Palabras clave: *Ontología del ser social. Trabajo a doble cara. Afirmación y negación del hombre.*

1 INTRODUÇÃO

Marx, e depois Lukács, consideram o trabalho como a categoria central e geradora da vida social dos homens, a partir do qual se gera toda uma formação humana e social. No entanto, historicamente, o trabalho se manifesta de determinada forma. No modo de produção capitalista, ele se manifesta numa dupla face: é constituidor da vida social dos homens, mas também aliena, estranha o homem do seu próprio ser social.

Portanto, numa visão marxiana, a dupla face do trabalho diz respeito às suas funções sociais de criador de valor de uso e criador de valor de troca. Esse tema foi desenvolvido principalmente por Marx na sua obra *O capital*, porém Lukács, seu intérprete, retoma essas ideias - acrescidas de outras - na sua obra *Ontologia do ser social*.

Com base central nas teses de Marx e em alguns pontos de Lukács, pretendemos delinear, neste artigo, os dois lados do trabalho: a sua dimensão constitutiva do homem, que diz respeito ao trabalho em geral, criador de valor de uso, e a

sua dimensão negativa, relacionada ao trabalho estranhado, criador de valor de troca, que se manifesta no modo de produção capitalista sob a forma de fetichismo da mercadoria. Trata-se de duas faces de um mesmo trabalho cuja dimensão negativa, predominante no capitalismo, precisa ser superada.

Para delinear essas considerações, falaremos primeiramente do trabalho como categoria fundante do ser social, tratando, aqui, da sua face positiva e necessária à vida social dos homens, em seguida teceremos algumas considerações sobre o trabalho alienado, estranhado, que diz respeito à sua face negativa, contingente e superável. Nessa dimensão, evidencia-se o fetichismo da mercadoria e a reificação das relações humanas.

2 O TRABALHO COMO CATEGORIA FUNDANTE DO SER SOCIAL

Não se pode negar a posição de Marx acerca da constituição social da vida humana. Para ele, o homem é um ser objetivo que transforma a natureza através do trabalho. Nessa transformação, ele se autogera, ou seja, através do trabalho o homem se exterioriza ao mesmo tempo que se faz senhor da natureza e se auto-determina como ser livre. O trabalho, nesse aspecto, é o processo fundante do devir dos homens, é o modelo de toda práxis social, enfim, é a categoria fundante do ser social.

Nesse sentido, Marx vai referir-se ao trabalho como criador de valores de uso, tendo, como finalidade, suprir as necessidades humanas, o que resulta na transformação do mundo natural num mundo humano, histórico-social. Trata-se, pois, do processo que se desenrola entre o homem e a natureza, isto é, da atividade do homem que o torna um ser que pertence a uma espécie (ser social) – e isso independente de qualquer forma social determinada, sendo, portanto, válida para todas as épocas, como afirma o próprio Marx (1980, p. 211-212) ao falar do modo de produção capitalista:

A produção de valores de uso ou bens não modifica a sua própria natureza geral, pelo fato de se realizar para o capitalista e sob o seu controle. Portanto, o processo de trabalho deve ser considerado, num primeiro momento, independente de qualquer forma social determinada [...] Antes de tudo, o trabalho é um processo que se desenrola entre o homem e a natureza, no qual o homem, por meio da própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza [...]. Atuando mediante tal movimento sobre a natureza externa e modificando-a, ele modifica a sua própria natureza.

Percebe-se, no trecho acima, que Marx tematiza o trabalho enquanto atividade de autoconstrução do homem, quer dizer, ele trata do trabalho em sua essência ontológica, como possibilidade do desenvolvimento humano. Nele se constitui, pois, a passagem do ser meramente biológico ao ser social. Lukács também compartilha essa ideia ao afirmar que a essência do trabalho consiste precisamente em ir além da fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. Em sua *Ontologia do ser social*, na parte que trata do Trabalho, ele diz que este é ponto de análise para se entender, em termos ontológicos, as categorias específicas do ser social: “[...] o salto qualitativo das espécies inferiores

às superiores.” Daí porque, como diz Lukács, para entendermos o ser social e tudo o que é novo nele, é metodologicamente vantajoso começar com a análise do trabalho, ele é considerado “[...] o fenômeno originário, a protoforma do ser social.” (LUKÁCS, 1981, p. 14).

O tornar-se social, via trabalho, significa a superação, melhor dizendo, o recuo da barreira natural que se dá em nível objetivo e, ao mesmo tempo, subjetivo. Nesse sentido, Manfredo Oliveira (1993, p. 250-251) diz que “[...] nem a natureza objetiva nem a natureza subjetiva são imediatamente adequadas ao homem. Elas só se tornam tais pela mediação de sua práxis: a práxis do próprio homem é a fonte de sua humanização.” Pode-se evidenciar aqui a relação do homem com a natureza; os polos subjetivo e objetivo que constituem o processo de subjetivação do homem, ao qual corresponde o processo de objetivação da natureza. Nessa relação, nenhum dos polos é posto como um dado *a priori*: sujeito e objeto se relacionam reciprocamente no processo de autoconstituição do homem.

Vale salientar que, enquanto primado metodológico, objetividade/realidade prevalece sobre a subjetividade/identidade: “[...] o trabalho é a transformação do objeto, através do que se cria uma nova objetividade. Mas isso só pode ocorrer, levando a sério a própria estrutura, a objetividade primeira dos objetos.” (OLIVEIRA, 1993, p. 251). Chasin (1995, p. 364) comenta que a identificação de Marx do momento filosófico como a captura da “lógica do objeto” demonstra a “linha de força da nascente ontologia marxiana”². No entanto, não se deve esquecer que a sociabilidade humana é produzida e reproduzida constantemente, e isso implica a consciência do ser genérico.

Marx diz que um objeto só se torna humano para o homem quando é social e ele próprio torna-se para si mesmo ser social, ao mesmo tempo que a sociedade se torna para ele um ser no referido objeto. Por outro lado, considerando agora o aspecto subjetivo, Marx comenta que a mais bela música, por exemplo, não significa nada para o ouvido amusical, isto é, não constitui nenhum objeto, e, sim, somente na medida em que a minha faculdade existe para ele “[...] como capacidade subjetiva, porque, para mim, o significado de um objeto só vai até onde chega o meu sentido (e um objeto só tem um significado através de um sentido correspondente).” (MARX, 1983, p. 118). Percebe-se, então, o indissolúvel entrelaçamento dos polos subjetivo e objetivo, sem o qual não poderíamos falar de sociabilidade, de processo de hominização.

Os produtos resultantes do trabalho humano são a marca da subjetividade. Daí porque é preciso negar a ideia segundo a qual Marx teria caído num objetivismo. Ao contrário, o processo de objetivação do trabalho só é possível mediante a teleologia do homem. Uma mesa, por exemplo, ganha a sua forma mediante o trabalho; tal forma só surge a partir de uma prévia ideação, que é a articulação do subjetivo (homem) com o objetivo (natureza). Dessa articulação, surge a produção do novo, proporcionando a mudança, tanto da consciência, como do objeto.

Portanto, a natureza nada produz por si. Ela, em si, é apenas potência do ato humano. O homem “[...] desenvolve as potencialidades que nesta [na natureza]

² Falando da lógica do objeto, Chasin (1995, p. 364) diz que “[...] os dois movimentos aquisitivos são simultâneos e entrelaçados, mas sem que desapareça o momento predominante do ontológico sobre o gnosiológico [do ser sobre o saber], do ser-precisamente- assim em relação à representação ideal [...]”.

estão adormecidas e sujeita o jogo de suas próprias forças ao próprio domínio.” (MARX, 1980, p. 212). É nesse ato de transformação da natureza, como já frisamos, que o homem deixa a condição de ser natural para tornar-se pessoa humana, ser social. Isso decorre de posições teleológicas, vale dizer, da ideação, do papel ativo da consciência humana. Nesse aspecto, encontra-se a diferença fundamental entre a atividade humana e a atividade animal. Diz Marx (1980, p. 212) o seguinte:

Uma aranha executa operações que se assemelham àquelas do tecelão. A abelha envergonha muitos arquitetos com a construção de seus favos de cera. Mas o que distingue, a princípio, o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de ele construir o favo na sua cabeça antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que no início já estava presente na ideia do trabalhador, que, portanto, já estava presente idealmente.

Percebe-se aqui o trabalho como condição essencial, isto é, como o elemento genérico do ser humano. O homem, através da atividade consciente, é o único ser que trabalha, e é isto que o distingue do animal.

A afirmação que encontramos em *O capital* está também presente nas obras de juventude de Marx, como é o caso dos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* (MARX, 1983), onde ele menciona que é através do trabalho consciente que o homem se torna um ser genérico, livre e universal; ao passo que a atividade animal é apenas uma repetição instintiva. Portanto, segundo Marx, o animal identifica-se com sua atividade vital, não se distingue dela, ao passo que o homem faz da sua atividade vital o próprio objeto da sua vontade e consciência. A atividade vital consciente do homem o distingue imediatamente do animal. “Justamente por isso, ele [o homem] é um ser pertencente a uma espécie. Ou melhor, ele é um ser consciente [...] Somente por isso a sua atividade é uma atividade livre.”³ (MARX, 1983, p. 78). Para Marx, a criação prática de um mundo objetivo, a transformação da natureza inorgânica é a prova de que o homem é um ser pertencente a uma espécie e dotado de consciência, isto é, um ser que se comporta como espécie em direção ao seu próprio ser. Certamente também os animais produzem, fabricam ninhos, habitações, como fazem as abelhas, os castores, as formigas, etc. Só que o animal produz unicamente o indispensável para si e para suas crias, produz de modo unilateral, ao passo que o homem produz de modo universal. O animal só “[...] constrói de acordo com a medida e a necessidade da espécie a que pertence, enquanto o homem sabe produzir de acordo com a medida de todas as espécies e sabe, em qualquer lugar, predispor a medida inerente àquele determinado objeto.” (MARX, 1983, p. 79).

Marx procura mostrar nesse trecho, bem como naquele já mencionado de *O capital*, que o trabalho humano é um ato consciente – diferentemente da atividade animal, que, como já mencionamos, é apenas instintiva –, vinculando assim a teleologia ao trabalho humano. Com isso, ele refuta a ideia de uma teleologia natural; o trabalho humano é o único lugar onde se origina o pôr teleológico. É claro que existe uma causalidade natural – a própria natureza –, mas a

³ Continuando essa passagem, Marx (1983, p. 78) diz que o trabalho estranhado reveste essa relação própria do homem, uma vez que ele faz da sua atividade vital “[...] somente um meio para sua existência.”

finalidade é do homem. A natureza sozinha jamais se explicitaria, ou seja, jamais se transformaria em objetos (mesa, cadeiras, livros, etc.). A teleologia, portanto, é posta pelo homem, que, através do trabalho, transforma uma causalidade espontânea em causalidade posta. Nesse ato, a consciência opera o pôr teleológico ao mesmo tempo que examina as condições de possibilidades - de realização dessa teleologia - ao nível das conexões causais⁴. Portanto, para que o homem transforme a matéria natural em social, vale dizer, para que realize determinado fim, é necessário que ele tenha um conhecimento prévio das condições objetivas, da própria causalidade natural, dos seus limites, possibilidades, etc., pois não é só a vontade que torna possível a realização de um objetivo. Essa vontade tem que ser submetida - embora não de modo passivo - ao ordenamento externo, à causalidade externa. Ocorre aqui o processo de objetivação no trabalho, que é uma condição necessária para a realização da ideação humana, em que se faz presente a alienação do homem que, em certos casos, torna-se estranhamento.

Explicitando melhor essa questão, é importante frisar que a subordinação da vontade à causalidade espontânea é necessária ao próprio processo de objetivação. Marx trata aqui da alienação num sentido positivo, uma vez que, como já mencionamos, tem de haver uma subordinação da vontade do homem a uma causalidade externa e, portanto, ao próprio modo de operar seu objetivo; e isso é tão lógico quanto necessário para que o processo se realize. Portanto, o processo de objetivação tem, em si, o seu momento intrínseco - alienação necessária -, e, nesse sentido, a alienação é a própria condição de possibilidade da objetivação. No entanto, existem barreiras para tal possibilidade - alienação contingente -, e aqui tal alienação, que se denomina estranhamento, tende a ser suprimida para que o homem realize, de forma efetiva, sua essência humana. A alienação, enquanto estranhamento, é um aspecto contingente da objetivação. Ela não é uma condição natural e eterna do homem; ao passo que a alienação necessária constitui o processo de objetivação do trabalho. Segundo Marx (1980, p. 212),

[...] o trabalhador não apenas efetua uma mudança de forma no elemento natural; ele realiza no elemento natural, ao mesmo tempo, o próprio objetivo, por ele bem conhecido, que determina como lei o modo do seu operar, e ao qual deve subordinar a sua vontade. E esta subordinação não é um ato isolado. Além dos esforços dos órgãos que trabalham, é necessária, por toda a duração do trabalho, a vontade orientada a um fim.⁵

Vale ressaltar que o homem não subjuga sua vontade de forma passiva, e, sim, ele se submete ativamente, atuando e modificando a realidade. Já frisamos

⁴ Pode-se inferir que é nesse exame das condições possíveis para a realização da teleologia que se dá o conhecimento. Daí porque, para Marx, não existe o problema da possibilidade do conhecimento - como em Kant, por exemplo -, ou seja, o conhecimento, a ciência ocorre justamente nesse exame das condições objetivas para se realizar o processo do trabalho. Nesse sentido, o conhecimento, para Marx, não é absoluto, nem impossível; ele, a cada momento dado, é relativo (aqui, diferente de relativismo) a um absoluto, o mais aproximativo possível. A ciência é refutável, e, a cada momento histórico, temos o novo, isto é, novos conhecimentos que antes pareciam impossíveis.

⁵ Quando Marx diz que se trata de "uma vontade orientada a um fim" está mostrando a marca viva da teleologia humana.

várias vezes que a natureza por si só nada produz. É, pois, com o trabalho que a consciência deixa de ser um mero epifenômeno, tornando-se um fenômeno capaz de refletir o real de uma forma ativa e dinâmica. Diz Lukács (1978, p. 3): “[...] a consciência reflete a realidade e, sobre essa base, torna possível intervir nessa realidade para modificá-la, quer isso dizer que a consciência tem um real poder no plano do ser e não [...] que ela é carente de força.”

Marx, ao tratar da mediação homem e natureza, no capítulo V de *O capital*, identifica os elementos simples desse processo: *a atividade orientada a um fim*, ou seja, o próprio trabalho; *o objeto* e *os meios de trabalho*. Não achamos necessário um aprofundamento dessa parte, porém é importante frisar que o resultado desse processo é um produto, isto é, um valor de uso. Na sua expressão: “[...] processo se extingue no produto. O seu produto é um valor de uso, matéria natural apropriada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objeto. O trabalho se objetivou e o objeto está trabalhado.” (MARX, 1980, p. 215). No entanto, no processo de elaboração do produto, outros valores de uso que, por sua vez, foram produto de trabalhos anteriores, entram nele como meios de produção, de modo que um mesmo valor de uso pode constituir o produto de um determinado trabalho e o meio de produção de outro. “Enfim, os produtos não são apenas resultados, mas também, ao mesmo tempo, condições do processo de trabalho.” (MARX, 1980, p. 215). Daí porque, dependendo da função determinada no processo de trabalho, um valor de uso pode aparecer como matéria-prima, meio de trabalho ou produto⁶. Com isso, Marx mostra a natureza viva do trabalho, ou seja, do processo de produção e reprodução da vida humana, cuja mediação é a sociabilidade, que, por sua vez, só pode ser pensada nesse processo, isto é, na dimensão da práxis humana.

Destacando a natureza geral do trabalho, Marx menciona que ela não se altera pelo fato de o trabalhador executá-lo para o capitalismo em vez de para si mesmo. Nas suas palavras:

[...] o processo de trabalho, como o apresentamos nos seus movimentos simples e abstrato, é atividade finalística para a produção de valores de uso, apropriação dos elementos naturais para as necessidades humanas, condição geral do metabolismo orgânico entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana; portanto é independente de qualquer forma dessa vida, aliás é comum igualmente a todas as formas de sociedade da vida humana. (MARX, 1980, p. 218-219).

Foi a partir do modo de produção moderna que Marx pôde fazer tal análise, ou seja, o modo de produção capitalista permitiu ao pensamento ir mais longe e fazer aparecer, abstraindo de qualquer forma social do trabalho, incluindo a própria forma capitalista, os elementos e os momentos constituintes de qualquer processo de trabalho em geral. Porém, esses elementos e momentos do trabalho, mesmo sendo comuns a qualquer sociedade e a qualquer época, nunca existem,

⁶ Sobre esse assunto ver MARX, Karl. *Il capitale*. Traduzione di Delio Cantimori e Altri. 8ª edizione. Roma: Editori Riuniti, 1980. Cap. 5. v. 1.

enquanto tais, separados de um conteúdo concreto: eles são sociais e historicamente determinados. É nessa ótica que Marx põe em evidência a forma como se manifesta o trabalho numa determinada época, isto é, como se manifestam as relações humanas de produção no capitalismo.

Sua preocupação não é elaborar uma teoria econômica, e, sim, verificar e analisar o ser social, demonstrando como se estabelecem suas relações. Afirma ele em *O capital*: “[...] nesta obra devo pesquisar o modo de produção capitalista e as relações de produção e de troca que lhe correspondem [...]”, por conseguinte “[...] o objetivo a que se destina esta obra é o de desvelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna [...]” (MARX, 1980, p. 32-33).

A partir daí, estudando e criticando as leis da economia política, Marx revela como se dão as relações sociais, decorrentes do processo de trabalho, no sistema capitalista; sistema este que transforma as relações sociais humanas em relações “sociais” entre coisas, já que nele os produtos do trabalho e o próprio trabalhador tornam-se mercadorias. Trata-se aqui do fetichismo da mercadoria e da consequente reificação das relações humanas.

3 O TRABALHO ESTRANHADO: FETICHISMO DA MERCADORIA E REIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES HUMANAS

O trabalho em si, como criador de valores de uso, é uma necessidade indispensável à existência humana, à intercambialidade entre o homem e a natureza, a fim de manter a sua vida-espécie. Estamos falando aqui do trabalho em geral.

Mas o trabalho em geral é uma abstração, pois ele se manifesta sempre de uma forma determinada, de acordo com as condições históricas e sociais de produção. No modo de produção capitalista, portanto, a estrutura das condições do trabalho se manifesta sob forma estranhada, uma vez que os produtos da atividade humana “[...] tornam-se um poder autônomo frente aos produtores.” (MARX, 1980, p. 338). Isso ocorre porque o produto do trabalho se transforma em mercadoria, em objeto de troca; e só é socialmente válido enquanto tal. Nesse caso, não interessa saber a qualidade do trabalho e quem o produziu, apenas interessa saber o tempo socialmente gasto para produzir a mercadoria, a fim de trocá-la por outra, vale dizer, por dinheiro. Essa é a medida do valor na sociedade capitalista, ou seja, nesse sistema de produção, o valor é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário que, por sua vez, varia de acordo com as circunstâncias históricas e sociais da produtividade.

Pode-se perceber então um duplo caráter do trabalho representado na mercadoria: valor de uso e valor de troca. No capitalismo, o primeiro só é reconhecido na sua forma social, isto é, enquanto valor de uso socialmente necessário, ou o que é o mesmo: enquanto valor de troca. A esse respeito, diz Marx (1980, p. 73, grifo do autor) o que segue: “Para produzir mercadoria, faz-se mister produzir não só valor de uso, *mas valor de uso para outros*, o valor de uso social.” Nesse caso, o produto do trabalho não se dirige à satisfação da necessidade de quem o produziu; o produto do seu trabalho é útil em geral, mas não em particular, não é útil para ele; de outro modo não haveria alienação (estranhamento) do produto. O produtor espera dos outros, da alienação de seu produto, os meios para satisfazer suas necessidades. Nesse sentido, desaparece a peculiaridade do trabalho, fa-

zendo com que ele assuma um duplo aspecto⁷ ao desaparecer o caráter de utilidade dos produtos do trabalho, desaparece o caráter de utilidade dos trabalhos neles corporificados, “[...] desaparecem, portanto, também as diversas formas concretas destes trabalhos, as quais não se distinguem mais; porém são todas reduzidas a *trabalho humano igual*, a trabalho humano abstrato.” (MARX, 1980, p. 70, grifo nosso). Marx ressalta que esse é um ponto essencial para a compreensão da economia política. Diz ele o seguinte:

[...] essa dupla natureza do trabalho contida na mercadoria foi demonstrada criticamente pela primeira vez por mim [...] De um lado, todo trabalho é dispêndio de força de trabalho humano no sentido fisiológico, e em tal qualidade de trabalho humano igual ou humano abstrato ele se constitui valor das mercadorias. De outro lado, todo trabalho é dispêndio de força de trabalho humano em forma específica e definida por seu fim, e em tal qualidade de trabalho concreto útil ele produz valores de uso⁸. (MARX, 1980, p. 73).

No item precedente, falamos do trabalho em geral enquanto condição necessária do intercâmbio do homem com a natureza; mas, também, mencionamos que o trabalho assume várias formas nos diversos tipos de sociedade. No sistema capitalista, ele se manifesta como trabalho abstrato, estranhado, ou seja, como criador de valor de troca, primordialmente. Aqui o trabalho concreto se torna abstrato, as relações sociais concretas se tornam abstratas, porque só importa ao capitalista o seu valor de troca e o conseqüente lucro que se extrai dele. Perdem-se, portanto, as especificidades do trabalho concreto, predomina o trabalho abstrato.⁹

O resultado disso é que o produto do trabalho na forma social de mercadoria adquire um caráter misterioso, uma vez que as relações entre os homens no processo de produção são reificadas ao se manifestarem sob a forma social de coisas, vale dizer, as relações sociais entre as pessoas na realização de seus trabalhos não se revelam como suas próprias relações pessoais, e sim são dissimuladas em relações entre coisas; por conseguinte, estas relações adquirem a forma material dos produtos do trabalho. Para Marx, a mercadoria é uma coisa enganosa cheia de sutilezas metafísicas e de caprichos teológicos. Como valor de uso, não há nada de misterioso nela, “[...] mas logo que se apresenta como mercadoria (como valor de troca) se transforma em uma coisa sensivelmente suprassensível.” (MARX, 1980, p. 105). Daí decorre o mundo do Fetichismo da Mercadoria.¹⁰ Aquilo que assume

⁷ Teixeira (1990), em seu livro *Trabalho e valor em Smith e Marx*, menciona esse duplo aspecto do trabalho, ou seja, o seu caráter universal, como criador de valor de uso e o seu caráter particular, historicamente determinado, que se manifesta como criador de valor de troca. “É esse o verdadeiro alicerce metodológico de todo o sistema teórico de Marx.” (TEIXEIRA, 1990, p. 49).

⁸ Destacando a universalidade do trabalho enquanto criador de valor de uso, Teixeira (1990) menciona os pressupostos de qualquer forma social do trabalho: dispêndio de energia, duração (tempo social) e a distribuição da produção. Esses pressupostos “[...] passam a ser postos diferentemente a cada modo específico de produção.” (TEIXEIRA, 1990, p. 51). Ver também Teixeira (1995).

⁹ O termo trabalho abstrato utilizado por Marx refere-se ao trabalho despidido de suas especificidades, de suas qualidades. Interessa aqui apenas seu aspecto quantitativo que é medido pelo tempo gasto na produção. Daí porque o trabalho torna-se igual, abstrato. A esse respeito Teixeira diz que “[...] o ‘quantum’ de trabalho produção de cada coisa... estabelece as proporções pelas quais as mercadorias são trocadas umas pelas outras... Como o tempo de trabalho gasto na produção das mercadorias é o único aspecto considerado pelos produtores ao intercambiar suas mercadorias, o trabalho passa a ser considerado apenas do ponto de vista de sua duração, tornando-os indiferentes a seus trabalhos específicos. [...] Nesse sentido, o trabalho determinante da grandeza do valor é trabalho abstrato, trabalho indiferenciado, destituído de suas qualidades concretas, úteis.” (TEIXEIRA, 1990, p. 59).

¹⁰ Fetichismo aqui está relacionado com a seguinte definição: “A crença no poder sobrenatural ou mágico de certos objetos [...]; a atitude de quem considera animados os objetos materiais.” (ABBAGNANO, 1970a, p. 418).

para os homens a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas é apenas a relação social determinada que existe entre os próprios homens. Na crença religiosa, os produtos do cérebro humano parecem figuras independentes, dotadas de vida própria, que estão em relação entre si e com os homens. Analogamente ocorre no mundo das mercadorias com os produtos da mão humana. “Chamo isto de *fetichismo* que sela os produtos do trabalho quando são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias.” (MARX, 1980, p. 105, grifo nosso). Nesse aspecto, o trabalho é *reificado*,¹¹ pois o seu caráter social se expressa na troca, adquire a *forma-valor*, isto é, a forma de uma propriedade aderida às coisas e que parece pertencer às coisas em si.

Destacando essa questão, Marx diz que, em qualquer época, o trabalho adquire uma forma social, mas, na sociedade de produção capitalista, as relações sociais entre os produtores, nas quais atuam aquelas determinações sociais dos seus trabalhos, assumem a forma de uma relação social dos produtos do trabalho. Daí porque a mercadoria é *misteriosa*, pois ela,

[...] como um espelho, restitui aos homens a imagem dos caracteres sociais do seu próprio trabalho, fazendo-os parecer como caracteres objetivos dos produtos daquele trabalho, como propriedades sociais naturais daquelas coisas, e, portanto, restitui também a imagem da relação social entre produtores e trabalho total, fazendo-a parecer uma relação social entre objetos, existente fora desses produtores. Através desse quiproquó os produtos do trabalho tornam-se mercadorias [...] como já demonstramos em análises precedentes, tal caráter fetichista do mundo das mercadorias decorre do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias. (MARX, 1980, p. 104-105).

É assim que, na sociedade capitalista, as coisas - produtos do trabalho humano - adquirem as propriedades de valor, dinheiro, lucro, capital, salário, etc. não por serem propriedades naturais, mas por causa das relações de produção. Portanto, o valor das mercadorias e seus componentes não são uma propriedade natural sua, mas, ao contrário, um produto social determinado pela necessidade de troca entre os diversos valores de uso. Aqui, especialmente, consiste a crítica de Marx aos economistas, por considerarem as categorias econômicas como dadas, como prontas, isto é, como características naturais que pertencem à própria coisa em si. Nesse sentido, as coisas parecem ter um poder autônomo e passam a dominar os homens, quer dizer, as leis internas do capitalismo aparecem-lhes como leis naturais *onipotentes* que os *dominam*, reduzindo-os à impotência, impondo-se a eles como uma cega necessidade. Segundo Marx, o capitalismo e os economistas *revelam, mas não percebem* que, por trás das relações sociais entre coisas, estão as relações humanas; e, ao considerarem as características sociais das coisas (dinheiro, capital, etc.) como características naturais, não compreendem que tais fenômenos só podem ser entendidos como resultado do processo de reificação das relações de produção. Diz ele:

¹¹ O termo reificado, conforme Abbagnano (1970b, p. 808), é empregado “[...] por alguns marxistas para designar o fenômeno pelo qual, na economia capitalista, o trabalho humano se torna simplesmente atributo de uma coisa... A relação social entre os produtores se transforma em relação social das coisas, tendo existência fora dos próprios produtores.” Assim, “[...] os produtos do trabalho tornam-se mercadorias, coisas suprassensíveis, isto é, sociais.” (ABBAGNANO, 1970b, p. 808).

O grande mérito da economia clássica consiste em ter dissipado esta falsa aparência e ilusão, esta autonomização e solidificação dos diversos elementos sociais de riqueza, esta personificação das coisas e objetivação das relações de produção, esta religião da vida cotidiana... Ainda assim, seus melhores representantes, como não poderia ser diferente do ponto de vista burguês, permanecem mais ou menos presos no mundo da aparência, dissolvido por suas próprias críticas, e por isso todos eles caem mais ou menos em contradições não resolvidas. (MARX, 1980, p. 943-944).

Marx procura mostrar que os valores de troca das mercadorias e suas derivações econômico-sociais não passam de *funções sociais* delas, e não têm nada a ver com suas propriedades *naturais*. O linho, por exemplo, como valor de uso é diferente fisicamente do valor do casaco; mas como valor, ou seja, como valor de troca, é igual ao casaco. Assim recebe o linho uma forma de valor diferente de sua forma natural. “A sua existência de valor se apresenta na sua igualação ao casaco, assim como a natureza de carneiro do cristão em sua igualdade com o cordeiro de Deus.” (MARX, 1980, p. 84). Como já frisamos, o trabalho só se torna social, no sistema capitalista, *sob a forma de tal igualdade*. Já dissemos que as relações sociais no processo de trabalho são historicamente determinadas. Por conseguinte, o caráter enigmático dos produtos do trabalho e a sua reificação constituem um aspecto contingente – e não natural e necessário – das relações humanas e que tendem a ser superados, pois somente no modo de produção capitalista é que as relações sociais no processo de trabalho e o trabalho socialmente necessário adquirem a forma valor¹², o que leva a reificação das relações humanas.

Portanto, no sistema capitalista, o mercado passa a constituir a base real, a partir de onde se fundam todas as relações jurídicas, políticas e sociais. Nesse contexto as relações sociais nada mais são do que expressões de relações mercantis. Aqui predomina o interesse pelo lucro e, conseqüentemente, pelo caráter utilitário das coisas. O sistema de produção e distribuição parece se autonomizar diante das pessoas, e os valores humanos são transformados em valores de troca: “[...] liberdade, igualdade e reciprocidade são relações entre pessoas, mas tão somente na medida em que têm como base a troca de mercadorias.” (TEIXEIRA, 1995, p. 59), cuja medida dos preços, do valor, é o dinheiro que adquire um poder mágico, proporcionando tudo ao seu possuidor.

Esse fetichismo, essa relação entre as pessoas efetivada sob a forma de relação entre coisas, é um fenômeno tanto da consciência como da existência social. “Enquanto fenômeno da existência social, o fetichismo é produto de uma forma de organização social que faz do dinheiro o representante universal da riqueza social.” (TEIXEIRA, 1995, p. 59). Nesse sentido, o dinheiro tem a função de permitir ao seu proprietário comprar e vender qualquer mercadoria, justificando os princípios da liberdade e igualdade. Enquanto fenômeno da consciência, o dinheiro aparece como sendo ele próprio a capacidade e a virtude humanas, ou seja, quem o possui é honrado, valente, belo, etc. É essa a característica das relações sociais na sociedade capitalista: as pessoas só são reconhecidas na condição de proprietários de mercadorias. É assim que o trabalhador – como proprietário de sua força

¹² Marx (1980, p. 106) diz que a “[...] determinação dos objetos como valores é como a linguagem, um produto social dos homens.”

de trabalho – só existe para o capitalista como mercadoria e não como ser humano. O mundo da mercadoria é um mundo invertido, que transforma os homens em objetos, e os objetos em sujeitos das relações sociais.

Marx demonstra ainda que, nas formas anteriores de sociedades, existia também certa mistificação, dependência, exploração do trabalho e dissimulações; portanto, nelas estavam presentes outras formas de estranhamento. Porém, o estranhamento sob a forma de fetichismo da mercadoria só ocorre no capitalismo, uma vez que, nas sociedades pré-capitalistas, as relações sociais são mais transparentes, vale dizer, “[...] as relações sociais entre as pessoas nos seus trabalhos revelam-se, de qualquer modo, como suas próprias relações pessoais, e não são dissimuladas por relações sociais entre coisas, entre os produtos do trabalho.” (MARX, 1980, p. 109). Nesse caso, o estranhamento ocorre devido ao subdesenvolvimento, grau de consciência, dependência social, etc. Segundo Marx (1980, p. 111), aqueles antigos organismos sociais são bem mais simples e mais transparentes que o burguês, “[...] mas apoiam-se ou sobre a imaturidade do homem individual [...] ou sobre as relações diretas de domínio e escravidão. São portadores de um baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho [...]”.

Somente no modo de produção capitalista é que se realiza a mistificação, a reificação das relações sociais, a fusão direta, imediata, das relações materiais de produção com a sua forma histórico-social. É um “[...] mundo encantado, distorcido e invertido, no qual o senhor capital [...] age como fantasma: como característica social e ao mesmo tempo como coisa.” (MARX, 1980, p. 943). É assim que capitalista e trabalhador tornam-se seus personagens, isto é, tornam-se capital personificado, sendo ambos atingidos pelas formas estranhantes das categorias econômicas do capitalismo.¹³ Porém, vale ressaltar que a classe trabalhadora é a mais atingida, pois o seu trabalho, em vez de ser uma satisfação pessoal, torna-se um sofrimento, uma obrigação. Enfim, o trabalho torna-se uma necessidade apenas para mantê-lo vivo: é um *trabalho estranhado*. Marx (1983) já falara desse aspecto do trabalho em sua obra juvenil *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* e, embora ainda não tendo tratado da questão do valor nessa época, seus conceitos fundamentais, como se pode perceber, permanecem em suas obras de maturidade, principalmente em *O capital*.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, podemos dizer que existe uma relação dialética homem e natureza mediada pelo trabalho. O homem transforma a natureza subjugando-se a uma ordem externa, ao mesmo tempo que a modifica através do trabalho. Nesse ato de transformação da natureza, ele transforma a si próprio, resultando na sua autoconstrução. Para tanto, é necessário o pôr teleológico implicando a consciência humana que, embora subjugue a sua vontade a uma causalidade natural, reflete o real de forma ativa. Daí porque finalidade e causalidade não podem ser

¹³ Com o império da mercadoria no mundo capitalista ocorre o estranhamento da própria vida genérica do homem. Nesse sentido são estranhados – ainda que de formas diferentes – trabalhadores e capitalistas. Marx diz que “[...] tudo o que no operário aparece como atividade de alienação, de estranhamento, aparece no não operário como estado de alienação, de estranhamento.” (MARX, 1983, p. 86).

separadas, já que se encontram em inter-relação recíproca. É a teleologia (ideação) que desencadeia a causalidade da natureza, e esta é condição de possibilidade da realização teleológica. Portanto, jamais teremos uma explicação apenas causal ou apenas finalística do fenômeno. É claro que existe uma causalidade natural, espontânea, mas a finalidade é do homem que transforma uma causalidade espontânea em causalidade posta, através do trabalho. Essa é uma condição eterna do homem social e, por conseguinte, é a face positiva e necessária do trabalho humano, o trabalho em geral, criador de valor de uso.

Todavia, vimos que o trabalho em geral é uma abstração, pois ele sempre se manifesta de uma determinada forma. No modo de produção capitalista, ele se manifesta de forma alienada, estranhada, predominantemente como criador de valor de troca. Essa é a sua face negativa que nega o homem na sua genericidade e no seu ser social.

Dessa face negativa, decorre o fetichismo da mercadoria e a consequente reificação das relações humanas. Decorre daí o maior mal da sociedade mercantil capitalista que coisifica o homem e deixa de lado os valores humanos, predominando o ter sobre o ser.

A compreensão dessa dupla face do trabalho e a luta pela superação da sua dimensão negativa constituem um caminho a ser percorrido em direção à genericidade humana para-si, onde se poderia resgatar o amor, como fala Marx (1983) na sua obra *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, e se alcançaria o eu não mais-particular, como fala Lukács (1981) na sua obra *Ontologia do ser social*. Esse seria o campo da ética onde se daria o segundo salto ontológico do homem enquanto ser social.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. Fetichismo. In: ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1970a, p. 417-418.

ABBAGNANO, Nicola. Reificação. In: ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1970b, p. 808.

CHASIN, J. Marx: estatuto ontológico e resoluções metodológicas. In: TEIXEIRA, Francisco José Soares. *Pensando com Marx*. São Paulo: Editora Ensaio, 1995. p. 335-537.

LUKÁCS, György. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Revista Temas*, n. 4, p. 1-18, 1978.

LUKÁCS, György. *Ontologia dell'essere sociale*. Roma: Riuniti, 1981. 3 v.

MARX, Karl. *Il capitale*. Roma: Editori Riuniti, 1980. 5 v.

MARX, Karl. *Manoscritti economico-filosofici del 1844*. Torino: Giulio Einaudi editore, 1983.

NOBRE LOPES, Fátima Maria. O estranhamento como fenômeno histórico-social em Lukács. *Educação em Debate*, Fortaleza, v. 17-18, n. 29-32, p. 15-20, 1995.

OLIVEIRA, Manfredo. *Ética e sociabilidade*. São Paulo: Loyola, 1993.

- RUBIN, Isaak Illich. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Polis Ltda, 1987.
- TEIXEIRA, Francisco José Soares. *Pensando com Marx*. São Paulo: Editora Ensaio, 1995.
- TEIXEIRA, Francisco José Soares. *Trabalho e valor em Smith e em Marx*. Fortaleza: EDUECE, 1990.

Recebido em: 4 nov. 2020

Aceito em: 11 mar. 2021